

Eventos privados podem ser causa do comportamento?

(Can private events cause behavior?)

Henrique Mesquita Pompermaier¹

Universidade Federal de São Carlos
(Brasil)

RESUMO

O objetivo principal do presente trabalho foi explorar questões relativas ao conceito de eventos privados e à causalidade a fim de oferecer uma resposta à questão apresentada no título. Aspectos da discussão sobre a compreensão do conceito de eventos privados foram brevemente apresentados, e considerações sobre a pertinência da participação desse tipo de evento na explicação do comportamento foram discutidas. A defesa da participação desses eventos na explicação do comportamento se dá particularmente a partir de dois pontos. Um refere-se à participação de eventos privados como causas intermediárias em uma cadeia comportamental. Outro indica que, sendo de mesma natureza, os eventos privados podem exercer as mesmas funções que eventos públicos. A partir da discussão desses dois pontos, argumenta-se que eventos privados não podem ser causa do comportamento. Essa resposta, porém, baseia-se não em uma distinção da participação desse tipo de evento na determinação do comportamento, mas justamente na consideração de que eventos comportamentais, públicos ou privados não exercem uma função causal, uma vez que esse tipo de compreensão é incompatível com uma perspectiva relacional e funcional do comportamento.

Palavras-chave: eventos privados, causa, comportamento, explicação, cadeia comportamental.

ABSTRACT

The main goal of this paper was to explore issues related to private events and causality in order to offer an answer to the question presented in the title. Aspects of the discussion on the comprehension of private events concept were briefly presented, and arguments on the relevance of this type of event in the explanation of behavior were discussed. The defense of the role of private events on behavior explanation is particularly supported by two points. One states that private events work as intermediate causes in a behavioral chain. Other states that private events may have the same functions as public events. From the discussion of these two points, it is argued that private events cannot be a cause of behavior. This answer, however, is not based on a distinction in the participation of this kind of event in determining behavior, but precisely on the consideration that behavioral events, public or private, do not exert a causal role, since this causal comprehension is incompatible with a relational and functional perspective of behavior.

Key words: private events, cause, behavior, explanation, behavioral chain.

1) Contato: henriquepompermaier@gmail.com

O conceito de eventos privados configura-se como um dos temas de maior relevância nas discussões teórico-conceituais no comportamentalismo radical (Zilio & Dittrich, 2014). Envolvido diretamente na abordagem de temas tradicionalmente indicados como eminentemente psicológicos – fenômenos subjetivos – o conceito de eventos privados seria ainda para muitos a via de acesso da proposta analítico-comportamental a esses fenômenos, marcando a distinção do comportamentalismo radical em relação às demais abordagens comportamentalistas (Baum, 2005; Carrara, 2005; Matos, 1997; Moore, 2001; Tourinho, 1999).

As discussões acerca desse conceito ganharam novo fôlego a partir da publicação do número especial sobre o tema na edição 34, nº 2 de 2011, da revista *The Behavior Analyst*. Essa edição traz dois artigos de W. Baum e um de H. Rachlin questionando a necessidade e a pertinência do conceito de eventos privados para a explicação do comportamento, seguidos dos comentários e respostas em defesa do conceito por parte de outros pesquisadores da área (Catania, 2011; Himeline, 2011; Marr, 2011; Palmer, 2011). Tomando por base os argumentos apresentados nesses textos, mas não se limitando a eles, este trabalho buscou explorar as controvérsias em relação à participação dos eventos privados na explicação do comportamento. Na medida em que as respostas encontradas na defesa da participação dos eventos privados na explicação do comportamento se dão em termos causais, discutiu-se a possibilidade e pertinência da consideração de eventos privados como causa do comportamento.

BREVE DEFINIÇÃO DE EVENTOS PRIVADOS E DA NOÇÃO DE PRIVACIDADE

Ainda que o cenário de debate sobre essa temática permaneça controverso, sendo a pertinência do conceito e a coerência da noção de privacidade alvos de questionamentos e críticas (Zilio & Dittrich, 2014), alguns avanços podem ser observados, feitos em sentido de alterar o quadro em que o conceito de eventos privados vinha sendo usado, “com a mesma amplitude semântica com que, na linguagem coloquial, usamos os conceitos emocionais” (Tourinho, 2007, p.8). Como exemplo desse movimento, destaca-se o trabalho de Moore (2009), no qual o autor aponta que o conceito de eventos privados vinha sendo utilizado em pelo menos quatro sentidos diferentes na literatura analítico-comportamental: (a) ficções explicativas; (b) eventos fisiológicos; (c) considerações (interpretações) disposicionais; e (d) eventos comportamentais privados. O problema dessa polissemia é que alguns desses sentidos são incompatíveis entre si, além de incoerentes com o projeto comportamentalista radical, abrindo o flanco para críticas à noção de privacidade a partir da própria teoria de eventos privados (Borba & Tourinho, 2010).

A partir de trabalhos como o de Moore (2009), e de Borba e Tourinho (2010), é possível observar um refinamento conceitual, na direção de uma definição funcional e relacional do conceito de eventos privados, “instrumental e coerente com o sistema explicativo analítico-comportamental” (Borba & Tourinho, 2010, p.291). Considerando as definições apresentadas nesses trabalhos, defende-se a tese de que o conceito de eventos privados deve ser utilizado apenas para se referir a eventos comportamentais – estímulos eliciadores, discriminativos ou consequentes, ou respostas respondentes ou operantes – cuja observabilidade é restrita, ou seja, acessível apenas ao próprio indivíduo.

Partilhando dessa definição relacional e funcional, trabalhos como os de Himeline (2011), Marr (2011), Palmer (2011) e Schlinger (2011) complementaram o refinamento do conceito de eventos privados acrescentando que a restrição da observabilidade de que trata a noção de privacidade é circunstancial, e não em princípio. Com esse argumento, tais autores defendem que a observabilidade é uma característica contextual, e não absoluta; trata-se, pois, de uma categoria de análise pragmática, e não uma propriedade real inerente dos eventos.

Em suma, considerando-se as discussões e argumentos em sentido desse refinamento conceitual, uma definição do conceito de eventos privados coerente com a abordagem analítico-comportamental seria: (a) estímulos circunstancialmente não passíveis de observação pública direta, funcionalmente relacionados com

respostas do organismo; ou (b) respostas circunstancialmente não passíveis de observação pública direta, funcionalmente relacionadas com determinados estímulos. Entendendo que tal definição contempla boa parte da literatura recente especializada na área, essa foi a concepção de eventos privados utilizada neste texto para balizar as discussões propostas.

(IM)PERTINÊNCIA DOS EVENTOS PRIVADOS NA EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO

Mesmo estabelecida uma definição para o conceito de eventos privados, permaneciam ainda questões sobre a pertinência do uso de tal conceito para a explicação do comportamento (Baum, 2011a, 2011b, Rachlin, 2011²). Mais diretamente, delimitados os fenômenos que podem ser designados como eventos privados, seriam eles relevantes para a análise e compreensão do comportamento?

Tomando os artigos de Baum (2011a, 2011b) como mote para discussão, encontra-se a afirmação do autor de que o conhecimento sobre os eventos privados seria desnecessário para a compreensão e explicação do comportamento. Para ele, uma vez que “as origens do comportamento sempre se estabelecem no ambiente, as origens do comportamento são públicas” (Baum, 2011a, p.186) e, por isso, independentes de qualquer consideração sobre eventos privados.

Baum (2011a) introduz seu questionamento sobre a consideração do conceito de eventos privados na explicação do comportamento a partir de algumas asserções que, segundo ele, seriam largamente reconhecidas na tradição comportamentalista radical: (a) o Behaviorismo Radical é a filosofia da ciência do comportamento; (b) a ciência do comportamento deve ser uma ciência natural; (c) ser uma ciência natural implica que seu objeto de estudo (comportamento) seja um evento natural, e que deve ser explicado com base em outros eventos naturais; (d) o Behaviorismo Radical (e a ciência do comportamento) não exclui ou ignora a existência de eventos privados; (e) privado não significa mental; (f) defende-se a rejeição ao dualismo interno-externo (assim como se rejeita o dualismo mental-físico).

Seguindo o desenvolvimento de sua posição crítica, Baum (2011a, 2011b) concentra-se não no questionamento da existência de fenômenos que possam ser classificados como eventos privados (asserção “d”), mas sim na sua inclusão e relevância desses eventos na construção de uma explicação do comportamento. O argumento crítico de Baum reside principalmente na consideração de que o conhecimento acerca desses eventos se dá de modo inferencial-interpretativo, por meio das estratégias da comunidade verbal³ (Moore, 2009; Skinner, 1945/1961; 1953/1965, 1974/1976), o que, para o autor, seria incompatível com os métodos e preceitos de uma ciência natural (asserções “b” e “c”):

Eventos privados podem ser inferidos pela comunidade nos assuntos cotidianos, mas eventos privados inferidos não podem nunca servir como explicações científicas dos comportamentos públicos. . . . Se a análise do comportamento é uma ciência natural, . . . requer atividades observáveis (eventos naturais) para

2) Rachlin (2011) reconhece que suas considerações críticas em relação à utilização do conceito de eventos privados para explicação do comportamento caminham na mesma direção dos argumentos apresentados por Baum (2011a, 2011b): “Eu acho os argumentos de Baum neste artigo absolutamente convincentes. Isso não deve ser surpreendente, porque Baum e eu pensamos parecido” (Rachlin, 2011, p.209). Desse modo, a discussão dos elementos críticos ao papel dos eventos privados na explicação do comportamento será concentrada nos trabalhos de Baum, uma vez que eles não apenas contemplam as posições de Rachlin a esse respeito, mas também são o alvo principal dos comentários e contra-argumentações em defesa do uso do conceito de eventos privados.

3) Tais estratégias tratam do ensino de respostas verbais pela comunidade a partir da: (a) observação de indícios públicos da estimulação privada; (b) observação de respostas colaterais que comumente acompanham a estimulação privada; (c) extensão do efeito do reforçamento de respostas verbais para a modalidade encoberta de respostas inicialmente executadas de modo aberto; (4) generalização de propriedades comuns entre estímulos públicos e privados (metáforas) (Dittrich, Strapasson, Silveira, & Abreu, 2009).

serem relacionados com eventos observáveis no ambiente (eventos naturais passados e presentes). (Baum, 2011a, p.190)

Nesse sentido, o autor questiona os argumentos de Zuriff (1979) sobre o reconhecimento de “causas internas” do comportamento, uma vez que tais causas referem-se (reconhecidamente) a inferências ou hipóteses baseadas em estímulos do ambiente (eventos externos, públicos). Segundo Baum (2011a), além de criar espaço novamente para um dualismo (interno-externo), tal argumento constrói a explicação de comportamentos com base em inferências:

Uma contradição surge porque eventos privados inferidos produzem uma explicação não menos especial e possui uma ontologia não menos misteriosa que eventos mentais inferidos. . . . Se a análise do comportamento é uma ciência, não podemos explicar comportamento observável simplesmente criando uma outra coisa, mesmo se insistirmos que a coisa que estamos criando é ‘como se fosse’ a coisa que observamos. (p.191)

Resumindo de modo mais enfático os argumentos apresentados por Baum (2011a, 2011b), pode-se dizer que para o autor, os eventos privados podem até existir, mas se não são observados diretamente, não interessam ao desenvolvimento do estudo do comportamento. Nesse sentido, Baum (2011a) argumenta que os behavioristas radicais encontrar-se-iam frente a um “dilema com escolhas ruins”: (a) negar a existência (ou pelo menos a pertinência) de eventos privados, ou ainda tratá-los por meio de outra linguagem e paradigma (não dualista) abrindo espaço para críticas de que a abordagem é insuficiente e limitada; ou (b) tentar lidar com as proposições sobre fenômenos subjetivos de forma a utilizar conceitos convencionais, cotidianos, pouco rigorosos, mas que acabam conduzindo a abordagem a implicar-se com pressupostos problemáticos em relação a seu projeto científico e filosófico.

Como terceira via, solução para esse dilema, Baum (2011a, 2011b) indica uma “compreensão molar” para os fenômenos comportamentais. Tal compreensão implicaria na análise dos episódios em que supostamente estão envolvidos eventos privados tomados em um intervalo temporal mais amplo, de modo a contemplarem informações públicas relevantes para compreensão do comportamento como um todo. Para Baum, seria a desconsideração do caráter temporal extenso que levaria os behavioristas radicais a recorrerem à consideração de eventos privados em suas análises: “Em cada escala de tempo, nós vemos atividades públicas, e nenhum problema surge. . . . Visto em uma escala temporal mais longa, a atividade é contínua, e quaisquer eventos privados que ocorram podem ser ignorados” (p.194).

Em um sentido bastante próximo dos argumentos de Baum (2011a, 2011b), Rachlin (2011) aponta como alternativa ao uso do conceito de eventos privados para explicação dos fenômenos subjetivos uma compreensão teleológica: “Baum prefere chamar a si mesmo como um ‘behaviorista molar’, enquanto eu prefiro ‘behaviorista teleológico’, para enfatizar o uso do conceito de Aristóteles de causa final” (Rachlin, 2011, p.211). Para Rachlin, as causas finais podem ser entendidas considerando-se “o padrão total de comportamento no qual a ação individual se enquadra” (Rachlin, 2011, p.211). De acordo com sua argumentação, o problema das propostas que incluem eventos privados na explicação é que elas tentam fazer de entidades inferidas (não observadas diretamente) a “causa eficiente” das ações públicas (observáveis), reintroduzindo toda a problemática das propostas mentalistas, tal como indicado por Baum (2011a), o que não ocorreria em um sistema explicativo com ênfase nas causas finais.

Como indicado, as críticas de Baum (2011a, 2011b) à participação dos eventos privados na explicação do comportamento foram respondidas na série de artigos de outros pesquisadores da análise do comportamento, na mesma edição da revista *The Behavior Analyst* (edição 34, nº 2 de 2011). Trabalhos posteriores (e.g. Carrara, 2012; Leigland, 2014; Zilio & Dittrich, 2014, 2015) também se dedicaram ao exame crítico das propostas apresentadas por Baum, mas com foco em outras questões, ou retomando argumentos já expressos nos textos dos comentaristas da edição de 2011. Por esse motivo, o presente trabalho discute

principalmente os argumentos apresentados nos textos da edição especial da revista *The Behavior Analyst*, recorrendo ou fazendo referência a outros trabalhos quando pertinente.

Concentrando-se em diferentes aspectos e argumentos, os trabalhos de Catania (2011), Marr (2011), Palmer (2011) e Himeline (2011) buscam refutar as teses de Baum, sustentando a pertinência e importância do conceito de eventos privados para compreensão e explicação do comportamento.

Catania (2011) questiona a crítica de que a utilização do conceito de eventos privados se daria pela desconsideração do comportamento em sua dimensão temporal. Contra-argumentando a posição apresentada por Baum (2011a), Catania afirma que qualquer análise funcional do comportamento já implica em considerações da dimensão temporal, como nos conceitos de taxa e distribuição de respostas, por exemplo, ou mesmo na disposição temporal dos elementos da tríplice contingência: estímulo discriminativo – resposta – consequência. A consideração de eventos privados nesse tipo de análise não se basearia nem resultaria num suposto isolamento (temporal) de eventos únicos (sejam eles públicos ou privados). Ao contrário, para Catania, a crítica e proposta de Baum levariam os pesquisadores a ignorar ou desconsiderar partes importantes de classes de comportamentos que podem configurar-se como privadas em algumas ocasiões. Além disso, a interpretação molar proposta por Baum pautar-se-ia pela busca de causas finais (Rachlin, 2011), sobrepondo-se à análise detalhada das contingências de reforço efetivas:

O problema com sua ênfase molar em explicações em termos de causas finais à custa daquelas em termos de outros tipos de causas é que, como Skinner (1963) eloquentemente destacou em relação a outras distrações da análise do comportamento, elas tendem a desencorajar a investigação adicional. . . . A insistência de Baum de que nós não cedamos à tentação de considerar eventos privados pode ser talvez melhor traduzida como uma determinação para considerar apenas classes de operantes de alta ordem e ignorar as partes, algumas vezes privadas, das quais essas classes são constituídas. O critério de Baum para estender seu quadro de tempo não é a regularidade dos dados, mas a exclusão de detalhes. (Catania, 2011, p. 229)

Discutindo também sobre esse ponto, Marr (2011) afirma que a busca pelas chamadas “causas distais” ou “últimas” em uma “janela temporal mais extensa”, proposta por Baum (2011a) em sua abordagem molar, levaria a investigação científica a uma regressão infinita, ou, na melhor das hipóteses, incorreria justamente no que Baum aponta como fraqueza da teoria de eventos privados: a demanda por inferências e especulações. Ao contrário do que pretende Baum, para Marr, a cada “passo atrás” requerido pela abordagem molar, a cada extensão a um episódio anterior na “janela temporal” estabelecida, maior o nível de inferência e especulação, em virtude da falta de informação presente. Desse modo, uma abordagem com foco nas causas finais do comportamento teria seu rigor explicativo enfraquecido, ao contrário do que propunham Baum (2011a, 2011b) e Rachlin (2011).

Atacando outro argumento crítico da proposta de Baum (2011a), Himeline (2011) argumenta acerca da relevância das inferências e do trabalho interpretativo para a ciência do comportamento. Baseando-se em Schnaitter (1978), o autor aponta que poderíamos pensar essa ciência como sendo formada por uma análise experimental do comportamento, que trabalharia com manipulação de variáveis, e uma interpretação analítico-comportamental que, a partir das análises já estabelecidas pela primeira, trabalharia com interpretações e hipóteses em temas em que as variáveis estariam inacessíveis ou impossíveis de serem manipuladas em termos práticos: “Tais interpretações tipicamente dão um status explanatório, embora elas devam ser vistas como provisórias, isto é, menos seguras que explicações baseadas em análises realizadas” (Himeline, 2011, p.222). Assim, nos casos em que os eventos estão inacessíveis ao observador, ou seja, “privados”, ele poderia recorrer à interpretação baseada nos princípios já estabelecidos por meio das relações analisadas e conhecidas, de maneira análoga ao trabalho de um detetive.

Na mesma direção, Palmer (2011) contra-argumenta as considerações de Baum (2011a) sobre a irrelevância do estudo de eventos privados afirmando que o seu papel na ciência do comportamento é justamente o de possibilitar interpretações sobre o comportamento “para além do laboratório”. Esse seria um importante

avanço promovido pela proposta skinneriana. Fundamentando esses argumentos Palmer chama atenção para o “pressuposto de uniformidade”, ou seja, a consideração claramente estabelecida na obra de Skinner de que os eventos privados seriam de mesma natureza que os eventos públicos. A partir dessa premissa, os eventos privados são colocados sob as mesmas leis que regem os demais eventos comportamentais públicos, como os observados em laboratório, por exemplo.

Palmer (2011) destaca ainda o fato de que boa parte do trabalho científico tem seu desenvolvimento sustentado por interpretações e inferências de eventos não observáveis a partir do que é possível ser observado. Não se observa um átomo, as partículas subatômicas, um buraco negro etc., e ainda assim sabe-se bastante sobre seu funcionamento, ou seu “comportamento”, e sobre o papel deles na explicação de outros fenômenos. Desse modo, o fato de serem inferidos não invalida nem impede a consideração de eventos privados na explicação do comportamento: “Como em qualquer ciência, interpretações não apenas resolvem mistérios; elas podem guiar pesquisas. Assim, inferências sobre eventos privados apresentam um papel importante na análise do comportamento, da mesma forma que inferências análogas apresentam um papel em outras ciências” (Palmer, 2011, p.203).

Em suma, para autores como Catania (2011), Himeline (2011), Marr (2011) e Palmer (2011), os eventos privados seriam inferências necessárias e interessantes à constituição de uma proposta explicativa coerente, uma vez que não tratam de entidades ou instâncias invocadas a revelar, mas de eventos que seguem as mesmas leis que qualquer evento comportamental. Contudo, mesmo assumindo essa posição, restaria ainda a questão: tendo sua importância e pertinência reconhecida, qual seria exatamente o papel desempenhado pelos eventos privados na explicação do comportamento?

De modo geral, a compreensão expressa nos argumentos de Catania (2011), Himeline (2011), Marr (2011) e Palmer (2011) convergem entre si e apontam dois tipos de argumentos. Ao apresentar exemplos e responder às críticas de Baum (2011a), esses autores indicam que participação dos eventos privados na explicação do comportamento seria encontrada a partir das análises funcionais, “desempenhando papéis comparáveis a eventos públicos externos” (Himeline, 2011, p.224). Nesse sentido, destacam o caráter *funcional* e *relacional* da explicação do comportamento, por meio de noções como “variáveis de controle” e “história comportamental”, de modo coerente com a definição do conceito de eventos privados apresentado no início deste texto. Como exemplos, encontram-se as afirmações de Himeline (2011) de que: “privacidade é não mais que uma *relação* entre alguns processos ou eventos e um intérprete, ou seja, a pessoa cujo comportamento verbal nós estamos interessados” (p.222, *itálicos acrescidos*); e “a interpretação poderia ser seguida por uma *análise funcional*, ou, se tais manipulações fossem impraticáveis ou socialmente inapropriadas, poderia ser seguida por uma intervenção baseada nessa interpretação” (p.224, *itálicos acrescidos*); ou ainda, a afirmação de Palmer (2011, p.204): “Se nós observamos uma pessoa pressionar uma barra e então dizer ‘Eu não pressionei a barra’, nós temos duas instâncias de comportamento para explicar, cada uma com sua própria *história e conjunto de variáveis de controle*” (*itálicos acrescidos*).

Contudo, além do caráter funcional da explicação do comportamento, Catania (2011), Himeline (2011), Marr (2011) e Palmer (2011) também incluem em sua argumentação sobre o papel dos eventos privados na explicação do comportamento indicações no sentido de considerar que os eventos privados podem atuar como *causas*. De acordo com essa interpretação, eventos privados participariam de relações que funcionariam como “elos de uma cadeia comportamental”, com outros elos anteriores e posteriores, estabelecidos e mantidos, em última instância, pela relação entre estímulos e respostas públicas (Himeline, 2011).

A função empreendida pelos eventos privados nesses casos seria de manutenção ou modulação de uma cadeia comportamental, mas nunca de “iniciação” (Catania, 1988; Flora & Kestner, 1995; Moore, 1995, 2009). Mais especificamente, nessa perspectiva, os eventos privados podem ser tomados como “causas intermediárias” (Catania, 1988, 2011), ou ainda, “causas proximais” (Marr, 2011). Já as “causas iniciais”

(Catania, 1988; Overskeid, 1994) do comportamento seriam sempre determinadas e conhecidas em termos de eventos públicos.

Esses dois tipos de argumento, funcional e causal, são apresentados pelos autores citados de forma conciliada, como partes de uma mesma abordagem. Contudo, as noções de “função” (ou “análise funcional”) e “causa” remetem a modos explicativos apresentados recorrentemente como profundamente distintos, tanto no âmbito das discussões da filosofia da ciência (Bunge, 1959/1963; Hempel, 1965; Mach, 1886/1959), quanto no próprio campo do comportamentalismo radical (e.g. Skinner 1939/1961, 1953/1965; Laurenti & Lopes, 2008; Leão & Laurenti, 2009). Há, portanto, nesse aspecto da defesa da participação dos eventos privados na explicação do comportamento, se não um problema de coerência interna, ao menos um ruído não questionado ou explorado pela literatura da área. Seria possível compatibilizar o compromisso com uma explicação funcional e relacional do comportamento com a defesa da participação dos eventos privados em termos causais? Essa abordagem dos eventos privados em termos causais não conflitaria com a própria definição estabelecida para o conceito, de caráter funcional e relacional?

Além dessas questões, outro aspecto da defesa dos eventos privados como causa do comportamento parece problemático. Um dos pontos da defesa da consideração dos eventos privados na explicação do comportamento é que eles seriam de mesma natureza, estando sob as mesmas leis e, por conseguinte, podendo exercer os mesmo papéis que eventos públicos. Contudo, os argumentos sobre a participação dos eventos privados na causação do comportamento marcam claramente uma distinção entre esse tipo de evento e os eventos públicos: os eventos privados só poderiam exercer o papel de causas intermediárias; o papel de causa inicial, ou mesmo, eficiente, seria exclusivo dos eventos públicos. Desse modo, reintroduz-se uma distinção significativa entre eventos públicos e privados, minando uma das teses fundamentais da própria defesa da participação dos eventos privados na explicação do comportamento.

Questionando a restrição do caráter causal dos eventos privados, Overskeid (1994, 2006) defende a consideração desses eventos não apenas como causas intermediárias, mas também iniciais ou eficientes do comportamento. Para o autor, a restrição do papel causal dos eventos privados decorreria da defesa contra uma suposta ameaça à noção de determinação ambiental. Contra essa postura, Overskeid (1994) argumenta que, sendo o corte analítico da cadeia comportamental sempre arbitrário, não haveria razões para limitar a consideração apenas de eventos públicos como causas iniciais. Devido à arbitrariedade do “corte” na cadeia comportamental, que em sua natureza é ininterrupta, haveria situações em que, por razões ou “considerações pragmáticas” (p.37), eventos privados poderiam ser tomados como causas iniciais. Nesse sentido, para o autor, a desconsideração dos eventos privados como causas iniciais seria “uma inconsistência óbvia para a teoria behaviorista radical, por razões teóricas e empíricas” (p.38).

Apesar de indicarem uma solução para a dificuldade trazida pela diferenciação da participação de eventos públicos e privados na explicação do comportamento, as críticas e proposta alternativa de Overskeid (1994, 2006) não foram amplamente aceitas na área, como mostra a postura adotada em relação ao tema nos trabalhos aqui analisados, que ou não comentam essa diferenciação, ou argumentam em sentido da negação dos eventos privados como causas iniciais do comportamento. A título de ilustração, pode-se apontar alguns argumentos apresentados por Flora e Kestner (1995), reafirmando a posição contrária à proposta de Overskeid.

Para Flora e Kestner (1995), o foco na consideração do contexto do comportamento, presente e passado (ou “histórico”), indicam não um “externalismo exacerbado” (Overskeid, 1994), mas uma postura pragmática pertinente à filosofia e ciência do comportamento. Nesse sentido, o próprio argumento apresentado por Overskeid (1994) sobre a arbitrariedade do recorte analítico seria a base para a defesa da posição defendida por Flora e Kestner, também encontrada nos trabalhos de Catania (2011), Himeline (2011), Marr (2011) e Palmer (2011): os eventos privados não poderiam ser considerados como causas iniciais, ou seja, como primeiro elo do corte analítico feito na cadeia comportamental justamente por razões pragmáticas. Eventos

privados não são manipuláveis ou controláveis, ferindo assim a premissa de que é pela manipulação de variáveis (e verificação dos efeitos da alteração dessas) que “causas dos comportamentos” são identificadas, ou ainda, que a previsão e controle do comportamento podem ser alcançados. A posição defendida por Overskeid manteria a necessidade de “dar um passo a mais na análise”, no mesmo sentido das críticas postuladas a compreensões mentalistas (Moore, 2009).

A questão sobre o papel dos eventos privados na explicação do comportamento parece novamente diante de um impasse bastante complicado, ainda que distinto daquele indicado por Baum (2011a). Retomando o caminho desenvolvido até este ponto do texto, primeiramente indicou-se um refinamento do conceito de eventos privados em sentido de uma compreensão relacional e funcional. Em seguida, as críticas e defesa da relevância dos eventos privados numa compreensão científica do comportamento foram discutidas. Sobre este último ponto, mais especificamente, observou-se que ao buscar defender a importância e pertinência do conceito de eventos privados na explicação do comportamento, alguns autores referem-se a um papel causal desempenhado por esses eventos. Entretanto, ao menos da maneira como está colocada, a defesa de um papel causal para os eventos privados implica em: (a) uma distinção em relação aos eventos públicos, de modo a minar um dos princípios fundamentais da proposta; ou (b) uma posição que parece ferir um dos preceitos básicos da perspectiva analítico-comportamental, qual seja, a construção da explicação pela manipulação e controle de variáveis. Além disso, resta a questão sobre a possibilidade e pertinência de se congregar em uma mesma proposta considerações funcionais e relacionais, e noções causais para explicação do comportamento. Sendo assim, a partir desse quadro, a discussão encaminha-se em direção à questão que dá título a este trabalho: Pode-se dizer que os eventos privados são “causa” do comportamento?

AS NOÇÕES DE CAUSA EM JOGO

Um primeiro passo para solução do impasse e questão colocados sobre o papel causal dos eventos privados é, diante dos diferentes termos utilizados para se referir a esse papel, buscar delimitar em que medida eles são compatíveis e coerentes. Dito de outra forma, a busca pela solução dessas questões deve partir da exploração das noções de causalidade empregadas nessa discussão, a fim de avaliar sua pertinência a uma explicação do comportamento no pensamento comportamentalista radical.

Como indicado na seção anterior, a discussão sobre o papel causal dos eventos privados se dá a partir dos termos “causas proximais”, “causa distais” (Marr, 2011), “causas intermediárias” (Catania, 1988, 2011; Flora & Kestner, 1995), “causas iniciais” (Overskeid, 1994), e “causas finais” (Catania, 2011; Rachlin, 2011). Um primeiro aspecto que vale ser ressaltado é que apesar de utilizados de um modo aparentemente intercambiável, os termos empregados, pouco comuns no vocabulário do comportamentalismo radical, referem-se a sistemas distintos.

A noção de “causa proximal” é utilizada por Marr (2011) para opor a abordagem analítico-comportamental à abordagem molar defendida por Baum (2011a), que segundo Marr ocupar-se-ia de “causas distais”. Tais expressões, mais comumente usadas nas áreas da etologia e da ecologia referem-se, respectivamente, a fatores fisiológicos ou de interação ambiental presentes, e a fatores históricos ou evolutivo-adaptativos (Wilson, 1975). Já para Catania (2011), a proposta de Baum, estaria comprometida com uma explicação em termos de causas finais. Como apontado por Rachlin (2011), a noção de causal final adotada por sua proposta teleológica, próxima à abordagem molar de Baum, remete ao sistema causal aristotélico (Aristóteles, trad. 1998). O sistema aristotélico indica quatro causas ou “fatores explicativos” – material, formal, eficiente e final – que atuariam em consonância para uma compreensão completa dos motivos para que as coisas e eventos sejam como são (Perez-Alvarez, Sass, Garcia-Montes, 2008).

As noções de “causal inicial” e “intermediária”, por sua vez, remetem a uma compreensão linear, em que eventos, dispostos em uma cadeia temporal, vão determinando a ocorrência do evento seguinte. Tal

compreensão, em seus pressupostos como contiguidade temporal, unidirecionalidade e geratividade, coaduna com a abordagem causal mecânico-linear, que toma os eventos em termos de causas e efeitos.

Essa polissemia, tal como aquela apontada no início deste texto com relação ao conceito de eventos privados, torna-se fonte de dificuldades por acabar levando ao uso de termos e noções de modo inapropriado em relação ao contexto teórico em que foram propostos. Como exemplo disso, podemos apontar a discussão feita por Catania (2011), que se opõe à compreensão teleológica ou molar pautada na noção de “causa final” (sistema causal aristotélico), encaminha a argumentação sobre o papel dos eventos privados em termos de causas iniciais e intermediárias (causalidade linear). De modo semelhante, ao discutir a questão em termos de causas proximal e distal, Marr (2011) acaba por atribuir à noção de causa distal um caráter externalista e linear:

Eu posso ter o pensamento repentino de que esqueci alguns papéis e retorno ao meu escritório para pegá-los. Minha recordação sobre os documentos não desempenha nenhum papel causal em meu comportamento subsequente? É claro que nós podemos prontamente perguntar, ‘O que motivou tal pensamento?’ Há inúmeras possibilidades e *embeddings*, incluindo um pensamento prévio, talvez sobre o conteúdo dos papéis enquanto eu caminhava. Isso levanta uma questão sobre porque isso [pensamento sobre o conteúdo dos papéis] pode ter ocorrido, e assim por diante. Nós podemos conduzir esse processo indefinidamente, mas a que fim? O Big Bang, a *causa ambiental última*?! Além disso, quanto mais se tenta *voltar às causas distais*, mais especulativo e não informativo ele se torna. (Marr, 2011, p.218, itálico acrescido)

Da maneira como são utilizadas nas propostas de atribuição de papel causal aos eventos privados, as noções de “causa inicial” e “causa intermediária” encontram-se vinculadas à explicação do fluxo comportamental por meio da ideia de um encadeamento de eventos. Desse modo, as causas iniciais referem-se a fatores que provocariam o desenrolar de uma cadeia eventos. Já fatores ligados ao desenvolvimento e continuidade da cadeia seriam as causas intermediárias, categoria na qual poderiam ser enquadrados os eventos privados, segundo a discussão apresentada por Catania (1988, 2011) e Flora e Kestner (1995), por exemplo. Nesse sentido, essa perspectiva compromete-se com uma compreensão do fluxo comportamental como uma cadeia causal (Chiesa, 1994/2006). Como argumentam Leão e Laurenti (2009, p.172):

Essa concepção denominada metáfora da cadeia . . . pode ser caracterizada por dois aspectos principais, típicos do pensamento causal, a saber, a linearidade e a contiguidade. O primeiro aspecto pressupõe que os eventos estão numa relação de sucessão, semelhante a uma cadeia, ou seja, uma sequência de elos ligados um ao outro, na qual há início, meio e fim identificáveis. Esse modelo sugere que especifiquemos conexões causais ponto-a-ponto: o evento A causa o evento B que, por sua vez, causa o evento C, e assim sucessivamente

Em sua argumentação contra a consideração de eventos privados como “causa inicial” de uma cadeia comportamental, Moore (2009) argumenta esse tipo de evento, como no caso de sentimentos e sensações, é causado pelos mesmos eventos ambientais que determinariam a ocorrência de alguns comportamentos observáveis. Tomando o esquema indicado por Leão e Laurenti (2009), pode-se considerar que alguns sentimentos ou “estados corporais” junto a determinados padrões de respostas (gaguejar, ou roer unhas ou desviar o olhar rápida e constantemente, por exemplo) comporiam um mesmo conjunto (B), comumente denominado “ansiedade”, causado pela aproximação de um evento aversivo (A). Entretanto, Moore (2009) também reconhece que tais estados corporais podem exercer um papel importante no controle da emissão de respostas verbais de descrição das sensações e sentimentos. Além disso, reconhece-se que em muitos casos as respostas observáveis que compõem o conjunto B podem se dar de modo encoberto⁴, ou mesmo, podem

4) Para uma discussão sobre a noção de comportamento encoberto, bem como da explicação da ocorrência de eventos comportamentais nesse nível, ver Gongora (2003); Skinner (1945/1961, 1974/1976); Tourinho (1997).

não ocorrer. Nesse último caso o seguimento B da cadeia comportamental seria constituído apenas (ou primordialmente) pelos estados corporais. Desse modo, tomado como segmento B, esses estados corporais – um evento privado – atuariam na “causação” de um evento C, por exemplo, o relato de “sentir-se ansioso”.

Considerando as diferentes posições sobre o papel causal dos eventos privados nos termos do esquema indicado, encontra-se a seguinte situação: na proposta de Overskeid (1994), dado o reconhecimento de que um evento privado pode ser causa de outro evento comportamental, basta apenas que se altere o recorte analítico, tomando como ponto de partida o seguimento que designa o evento privado, no caso, o seguimento B. Em contrapartida, na proposta que defende a possibilidade apenas de um papel causal intermediário para os eventos privados (e.g. Catania, 1988, 2011; Flora & Kestner, 1995), a cadeia comportamental a ser analisada não pode ter como seguimento inicial um evento privado, uma vez que esse seguimento demandaria uma explicação em termos de outros eventos, estabelecida por manipulação e controle de variáveis. É nesse sentido que os eventos privados poderiam exercer um papel causal intermediário, preenchendo lacunas na cadeia causal entre os seguimentos relativos a eventos públicos.

É curioso notar que apesar de se contrapor à abordagem de Baum (2011a, 2011b) e Rachlin (2011), a proposta de consideração dos eventos privados como causas intermediárias parece usar do mesmo argumento que eles contra a proposta de Overskeid (1994). Dito de outra forma, contra a consideração dos eventos privados como causa inicial, Catania (1988, 2011) e Flora e Kestner (1995), por exemplo, exigem a inclusão de ao menos mais um elo na cadeia comportamental, que atue na explicação do seguimento relativo ao evento privado. Entretanto, esse tipo de argumento opera sob a mesma lógica da proposta de Baum de que tomando o episódio comportamental em uma janela temporal mais ampla, a consideração de eventos privados para a explicação do comportamento seria desnecessária. Contudo, o que parece escapar a todos esses autores é que a compreensão que sustenta a discussão sobre o papel causal dos eventos privados na explicação do comportamento, de fluxo comportamental como uma cadeia de eventos, é incompatível com a compreensão comportamentalista radical (Chiesa, 1994/2006; Leão & Laurenti, 2009). É justamente esse ponto que passamos a explorar, entendendo-o como possibilidade de solução aos impasses e questões até aqui levantados.

CADEIA (CAUSAL) COMPORTAMENTAL E EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO

Os elementos que fundamentam a noção de cadeia comportamental – linearidade, contiguidade e geratividade – remetem ao modelo causal mecânico-linear, do qual a abordagem comportamentalista radical procura se afastar⁵ (Skinner, 1953/1965). Já em seus textos iniciais, Skinner (e.g. 1931/1961, 1938) apresenta uma postura crítica em relação à causalidade mecânico-linear, referenciando-se especialmente nos trabalhos do físico E. Mach. Para Mach (1886/1959) a noção de causalidade seria muito limitada e imprecisa para abordar as relações de interdependência entre eventos na natureza. Essa crítica também pode ser encontrada em outros trabalhos de filosofia da ciência, como Bunge (1959/1963), para quem o pensamento causal está comprometido com uma lógica linear, na qual a explicação se compromete a buscar as duas pontas de uma cadeia – uma causa inicial e um efeito final (Laurenti & Lopes, 2008).

Como alternativa à explicação causal, Mach (1886/1959) propõe a compreensão de que os eventos se relacionam de maneira funcional, noção que acredita ter maior precisão e flexibilidade. Nesse mesmo sentido, Skinner faz indicações claras em relação à substituição da abordagem causal por uma compreensão

5) Ainda que Skinner utilize o termo “causa” em alguns momentos de sua obra (e.g. 1953/1965, 1974/1976, 1981), é consenso na área que a proposta analítico-comportamental procura construir seu sistema explicativo afastando-se do modelo mecanicista que inspirava outras propostas behavioristas, como o modelo estímulo-resposta de Watson (1930).

funcional dos fenômenos comportamentais: “Os termos ‘causa’ e ‘efeito’ não são mais amplamente usados na ciência (...) eles significam mais do que os cientistas querem dizer” (1953/1965, p.23). Por essa razão, Skinner (1953/1965) propõe que o que antes era referido como “causa” passe a ser tratado por meio da consideração da “alteração em uma variável independente”, e o que era tratado por “efeito” passe a ser entendido como a “alteração em uma variável dependente”. O método científico a ser empregado deveria encontrar as variáveis das quais o comportamento é função, a fim de estabelecer leis a partir das quais se possa prever o comportamento. Trata-se pois da proposta de abandono da noção de causalidade pela noção de função (Skinner, 1931/1961, p.338). Como argumentam Leão & Laurenti (2009, pp. 172-172):

O modelo explicativo behaviorista radical parece ser incompatível com a noção de cadeia causal. De um lado, o behaviorismo skinneriano explica o comportamento recorrendo a uma inter-relação complexa entre variáveis, desvinculando-se da ideia de linearidade da relação entre os eventos. Por outro lado, Skinner (1981) adota o modelo de seleção pelas consequências que, ao enfatizar as consequências passadas do comportamento, opõe-se à noção de contiguidade, característica da metáfora da cadeia.

Esses argumentos nos permitem vislumbrar uma resposta à questão colocada acerca da compatibilização do uso de termos causais e termos funcionais na mesma proposta. Na medida em que os termos causais utilizados estão comprometidos com um tipo de modelo (linear-mecânico) ao qual o pensamento funcional se opõe, não é possível utilizar, de modo a manter uma abordagem coerente, noções causais e funcionais na mesma proposta. Desse modo, trata-se de uma inconsistência séria apresentar categorias da análise funcional como sinônimo ou de modo intercambiável com termos causais:

Alguém pode *criar* um *estímulo discriminativo* que afeta seu comportamento subsequente (e.g., escrevendo os produtos intermediários na multiplicação de números grandes). Às vezes tais estímulos são acessíveis apenas à pessoa que resolve o problema (e.g., os produtos intermediários quando a multiplicação é mental ao invés de escrita). As origens públicas de tais estímulos privados são suficientemente óbvias. Mas se eles são parte da *cadeia causal* que leva a outro comportamento, não deveriam ser considerados como *causas do comportamento*? (Skinner, 1988, p.487)

Como apontam Gongora e Abib (2001), o próprio Skinner (1989) observa que o uso de sentimentos e estados mentais como causas de comportamentos públicos por ocorrerem imediatamente antes deles trata-se de um emprego vinculado a “um modo mecanicista de se interpretar o comportamento” (Gongora e Abib, 2001, p.13).

Uma possível razão para esse uso pouco rigoroso com relação à noção de causalidade seria a identificação entre *causalidade* e *explicação científica*, como se explicar cientificamente fosse sinônimo de apontar causas (Lambert & Brittan, 1970/1979). Essa identificação, porém, não está livre de questionamentos no âmbito da filosofia da ciência (e.g. Bunge, 1959/1963; Hempel, 1965; Laurenti, 2009; Laurenti & Lopes, 2008). Para Hempel (1965), por exemplo, uma explicação científica não implica necessariamente em apontar causas, como pode ser observado em explicações taxonômicas ou estatísticas, bastante comuns em empreendimentos eminentemente científicos. Por outro lado, a indicação de causas não implica que uma explicação seja científica – explicações mitológicas ou religiosas também operam indicando relações causais entre eventos, ainda que sob leis distintas das consideradas na ciência.

Também nesse sentido encontram-se os argumentos de Mach (1886/1959), e de Bunge (1959/1963) sobre o caráter limitado e impreciso da noção de causalidade para abordar as relações de interdependência entre eventos na natureza. Assim, como discutem Laurenti (2009) e Laurenti e Lopes (2008), haveria motivos suficientes para se questionar não apenas a vinculação entre explicação e causalidade, mas principalmente a pertinência da explicação do comportamento em termos causais.

Outro argumento que sustentaria o uso de termos causais na explicação do comportamento seria a vinculação entre as noções de causa e determinação. Falar do comportamento em termos causais seria um recurso para salientar o caráter determinado, nômico (*lawful*) do comportamento. Entretanto, ainda que se assumia uma

perspectiva estritamente determinista do comportamentalismo⁶, a vinculação entre causalidade e determinação não se sustenta para boa parte das propostas colocadas em filosofia da ciência. Como mostra Laurenti (2009), a noção de determinação é mais restrita que a noção de causalidade, ou seja, depende de concepções específicas de causa. Já a causalidade, por sua vez, carrega acepções que não são contempladas no determinismo, e que podem inclusive participar de teses que defendem uma perspectiva indeterminista dos fenômenos (e.g., causalidade necessária, mas não suficiente). Nessa direção, tal como discute Bunge (1959/1963), o determinismo causal é um tipo de determinismo, mas não sua única forma. Para o autor, a ciência emprega muitas categorias não causais na construção de conhecimento determinado e ordenado, como categorias estatísticas, estruturais ou dialéticas. A causalidade é, portanto, apenas uma das formas, bastante limitada “frente a outras formas mais dinâmicas e flexíveis de determinação da natureza” (Laurenti, 2009, p.37).

Por fim, poder-se-ia argumentar que a noção de causalidade expressa pela compreensão mecânico-linear não é a única, não podendo ser tomada como parâmetro exclusivo para definição do termo “causa”. De fato, os sistemas causais a que remetem os termos referidos na discussão do papel causal dos eventos privados – causas eficiente e final (sistema aristotélico); causas proximal e distal – indicam uma compreensão distinta (e mais complexa, pode-se dizer) que a causalidade linear, podendo-se discutir sua compatibilidade a uma abordagem comportamentalista. A exploração dessas possibilidades foge, contudo, ao escopo deste trabalho (configurando indicação para investigações futuras). O que se pretende discutir e explicitar neste texto é que da maneira como foi encaminhado o debate acerca do papel causal dos eventos privados até o presente momento, por meio das noções de causa inicial e causa intermediária, bem como do modelo explicativo que as sustenta (cadeia comportamental), os argumentos apresentados comprometem-se com uma lógica causal que compõem justamente o tipo de abordagem que o comportamentalismo radical procura superar por meio da interpretação funcional.

Desse modo, a partir das estratégias desenvolvidas, aponta-se como resposta à questão tema deste trabalho que *eventos privados não podem ser causa do comportamento em uma abordagem analítico-comportamental*, pois os termos em que seu papel causal é encaminhado e discutido são incompatíveis com a perspectiva funcional assumida pelo comportamentalismo radical. Porém, a resposta negativa sobre papel causal dos eventos privados não implica na negação de que esses eventos possam desempenhar alguma função na explicação do comportamento, como querem Baum (2011a, 2011b) e Rachlin (2011). Trata-se apenas de argumentar que esse papel não é causal, mas funcional, salientando-se a defesa de um modelo explicativo não causal do comportamento (Laurenti & Lopes, 2008).

EXPLICAÇÃO NÃO CAUSAL DO COMPORTAMENTO

Apesar das indicações e usos do termo “causa” (e variações) em alguns momentos da obra skinneriana, para Laurenti e Lopes (2008) é possível defender que há na abordagem analítico-comportamental de Skinner um forte direcionamento à superação do pensamento causal, ao menos em sua versão linear-mecânica. Para esses autores, a proposta comportamentalista radical afasta-se dos cânones do pensamento causal ao não compactuar “com uma lógica linear, na qual se busca um começo (a causa inicial) e um fim (o efeito)” (p.393). Ao contrário, em uma interpretação comportamentalista radical “as etapas de explicação do comportamento não são discretas, mas interdependentes. No fluxo comportamental encontramos um entrelaçamento de eventos, estados e processos, de modo que não há propriamente um início ou término absolutos, há fluidez e constante mudança” (Laurenti & Lopes, 2008, p.393).

6) Para uma discussão sobre posições deterministas e indeterministas no comportamentalismo radical, ver Laurenti (2009) e Moxley (1997).

Desse modo, não faria sentido perguntar sobre as causas do comportamento, seja em termos de eventos privados, seja em termos de eventos públicos, uma vez que a compreensão da relação comportamental no comportamentalismo radical mostra-se incompatível com a noção causalidade empregada. Tal como apontam Gongora e Abib (2001), “Ao romper com o dualismo e com o mecanicismo, adotando o modelo funcional de análise, um modelo relacional oposto ao mecanicismo, o behaviorismo radical desvincula-se também de perguntas do tipo ‘qual é a causa?’” (p.22).

A explicação do comportamento na perspectiva comportamentalista radical deve tomar as relações entre organismo e ambiente, entre os eventos comportamentais, como relações “complexas, recursivas, dinâmicas e probabilísticas.” (Laurenti & Lopes, 2008, p.395). A participação dos eventos privados na explicação do comportamento deve, portanto, se dar respeitando essas características. Como indicam Gongora e Abib (2001), “Nesta visão é mais apropriado perguntar de que modo os eventos privados podem entrar em relação funcional com outros eventos” (p.23).

A resposta sobre como eventos privados podem participar da explicação do comportamento, em uma perspectiva livre de compromissos com a lógica causal, pode ser encontrada no aprofundamento do pressuposto de uniformidade. Em uma explicação funcional do comportamento, eventos públicos são tomados como estímulos (discriminativos, reforçadores, aversivos) e respostas. Pois nesses mesmos termos deve ser considerada a participação dos eventos privados: “eventos privados podem vir a cumprir *um papel funcional* na modificação do ambiente” (Marr, 2011, p.217, *itálico acrescido*).

De modo coerente com a definição do conceito de eventos privados indicada no início deste trabalho, pode-se dizer que “Behavioristas radicais estão interessados em eventos privados cuja contribuição para o comportamento subsequente é função de uma história específica de relações ambientais” (Moore, 2008, p. 217). Tal como aponta Himeline (2011, p.224), “Trata-se de distinguir entre acontecimentos [*goings-on*] internos que podem ser tomados como desempenhando papéis comparáveis a eventos públicos externos (respostas encobertas, ou estímulos discriminativos, estabelecadores ou reforçadores)”. Nesse sentido, como argumentam Gongora e Abib (2001, p.22), “trata-se de perguntar quais relações podem ser estabelecidas entre os eventos privados e os demais”, uma vez que “em um modelo relacional, nada impede que estímulos privados possam, sob contingências especiais, assumir função de variável independente e controlar a ocorrência de certas respostas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho, como indicado já em seu título, foi responder a questão: “Eventos privados podem ser causa do comportamento?”, considerando-se os termos em que essa discussão vem sendo desenvolvida na literatura especializada da área. Para isso, foram apresentados aspectos da discussão sobre a compreensão dos eventos privados, bem como sobre a pertinência da consideração desse tipo de evento na explicação do comportamento.

A partir da discussão dos conceitos e noções adotadas, encontrou-se que os termos em que o papel causal dos eventos privados é encaminhado, comprometidos com a noção de cadeia comportamental, não são pertinentes ao modelo explicativo analítico-comportamental. Desse modo, não faz sentido qualquer questão sobre que tipo de causalidade poderiam exercer os eventos privados. Mais precisamente, conclui-se que a discussão sobre se eventos privados podem ou não ser causa de comportamentos, em termos de causas iniciais e intermediárias, é incompatível com o modelo explicativo funcional e relacional que predomina no comportamentalismo radical (Gongora & Abib, 2001; Leão & Laurenti, 2009). Eventos privados, portanto, não são causa do comportamento, assim como eventos públicos não o são.

Vale destacar, nesse sentido, que essa afirmação não decorre de uma distinção da participação desse tipo de evento na determinação do comportamento em relação aos eventos públicos, tal como parece indicar

a discussão desenvolvida por Baum (2011a, 2011b) e Rachlin (2011). Decorre, ao contrário, justamente da consideração de que eventos privados podem exercer as mesmas funções que eventos públicos. Essa participação, tanto para eventos públicos como para eventos privados, não se dá em termos causais, mas em termos de eventos funcionalmente relacionados – estímulos discriminativos, estímulos consequentes, respostas, operações motivadoras.

Considerando a discussão desenvolvida, é possível constatar a inadequação da compreensão causal, bem como da tentativa de compatibilização de termos e modelos comprometidos com essa compreensão junto a uma abordagem funcional das relações comportamentais. Indica-se, assim, uma espécie de ruído que, presente na obra skinneriana, é reproduzido também nos trabalhos de pesquisadores que vem se dedicando a explorar a questão da participação dos eventos privados na explicação do comportamento.

Como afirmam Laurenti e Lopes (2008), explicar, em uma perspectiva comportamentalista radical, não se configura como sinônimo de “encontrar as causas”, mas sim de descrever as contingências de reforçamento, que podem envolver eventos públicos e privados. Essa compreensão mostra-se coerente com a definição do conceito de eventos privados, como eventos comportamentais (estímulos ou respostas) circunstancialmente não passíveis de observação pública direta, funcionalmente relacionados a outros eventos comportamentais. Mostra-se compatível também com a defesa da participação desses eventos na determinação do comportamento. Essa defesa baseia-se particularmente na compreensão de que, sendo de mesma natureza que os eventos públicos, e passíveis de inferência a partir deles, os eventos privados podem exercer as mesmas funções que esse outro tipo de evento nas relações comportamentais. Sua consideração seria importante à constituição de uma proposta explicativa coerente, preenchendo lacunas e aprofundando a análise delimitada com base em eventos públicos não por meio da consideração de entidades ou instâncias invocadas a revelia, mas de eventos sob as mesmas leis do comportamento.

REFERÊNCIAS

- Aristóteles. (Trad. 1998). Posterior analytics. In J. Barnes (Org. & Trad.). *The complete works of Aristotle*. (Vol. 1, pp. 114-166). Princeton: Princeton University Press.
- Baum, W. M. (2005). *Understanding behaviorism: Behavior, culture and evolution* (2a. ed.). Oxford: Blackwell Publishing.
- Baum, W. M. (2011a). Behaviorism, private events, and the molar view of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 185–200.
- Baum, W. M. (2011b). No need for private events in a science of behavior: response to commentaries. *The Behavior Analyst*, 34(2), 237–244.
- Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2010). Instrumentalidade e coerência do conceito de eventos privados. *Acta Comportamental*, 18(2), 279-196.
- Bunge, M. (1963). *Causality: The place of the causal principle in modern science*. New York: The World Publishing Company. (Originalmente publicado em 1959).
- Catania, A. C. (2011). On Baum’s public claim that he has no significant private events. *The Behavior Analyst*, 34(2), 227-236.
- Catania, A. C. (1988). Problems of selection and phylogeny, terms and methods of behaviorism. In A. C. Catania & S. Harnad (Orgs.), *The selection of behavior* (pp. 474-483). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP.
- Carrara, K. (2012). Oxímoros, eventos privados e videoteipe. *Revista de Psicologia da IMED*, 4(2), 735-742.

- Dittrich, A., Strapasson, B. A., Silveira, J. M., & Abreu, P. R. (2009). Sobre a observação enquanto procedimento metodológico na análise do comportamento: positivismo lógico, operacionismo e behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 179-187.
- Flora, S. R., & Kestner, J. (1995). Cognitions, thoughts, private events, etc. are never initiating causes of behavior: Reply to Overskeid. *Psychological Record*, 45, 577-589
- Gongora, M. A. N. (2003). Itinerário para analisar comportamento verbal encoberto. In M. Z. da S. Brandão, F. C. de S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 11. A história e os avanços, a seleção pelas consequências em ação* (pp. 66-81). Santo André: ESETEC.
- Gongora, M. A. N., & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos encobertos no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(1), 4-29.
- Hempel, C. (1965). *Aspects of scientific explanation and other essays in the philosophy of science*. New York: Free Press.
- Hineline, P. N. (2011). Private versus inner in multiscaled interpretation. *The Behavior Analyst*, 34(2), 221-226.
- Laurenti, C. (2009). *Determinismo, indeterminismo e Behaviorismo Radical*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2008). Uma explicação não-causal do comportamento no behaviorismo radical. *Acta Comportamental*, 16(3), 379-397.
- Leão, M. F. F. C., & Laurenti, C. (2009). Uma análise do modelo de explicação no behaviorismo radical: o estatuto do comportamento e a relação de dependência entre eventos. *Interação em Psicologia*, 13(1), 165-174.
- Leigland, S. (2014). Contingency horizon: on private events and the analysis of behavior. *The Behavior Analyst*, 37, 13-24.
- Mach, E. (1959). *The analysis of sensations*. (C. M. Williams, Trad.). New York: Dover Publications. (Originalmente publicado em 1886).
- Marr, M. J. (2011). Has radical behaviorism lost its right to privacy? *The Behavior Analyst*, 34(2), 213-219.
- Matos, M. A. (1997). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e terapia cognitivista*. (pp. 57-69). São Paulo: Arbytes.
- Moore, J. (2001). On psychological terms that appeal to the mental. *Behavior and Philosophy*, 29, 167-186.
- Moore, J. (2008). *Radical foundations of radical behaviorism*. Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan.
- Moore, J. (2009). Why the radical behaviorist conception of private events is interesting, relevant and important. *Behavior and Philosophy*, 37, 21-37.
- Moxley, R. A. (1997). Skinner: from determinism to random variation. *Behavior and Philosophy*, 25, 3-28.
- Overskeid, G. (1994). Private events and other causes of behavior: Who can tell the difference. *The Psychological Record*, 44, 35-43.
- Overskeid, G. (2006). Why behave? The problem of initiating causes and the goals of prediction and control. *The Psychological Record*, 56, 323-340.
- Palmer, D. C. (2011). Consideration of private events is required in a comprehensive science of behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 201-207.
- Rachlin, H. (2011). Baum's private thoughts. *The Behavior Analyst*, 34(2), 209-212.
- Schlinger, H. D. (2011) Introduction: Private Events in a Natural Science of Behavior. *The Behavior Analyst*, 34(2), 181-184.
- Schnaitter, R. (1978). Private causes. *Behaviorism*, 6, 1-12.

- Skinner, B. F. (1938). *The Behavior of Organisms*. New York: Appleton-Century.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961). The concept of the reflex in the description of behavior. In B. F. Skinner (Org.), *Cumulative Record* (pp. 319-346). New York: Appleton-Century-Crofts. (Originalmente publicado em 1931).
- Skinner, B. F. (1961). The operational analysis of psychological terms. In B.F. Skinner (Org.), *Cumulative Record* (pp.272-285). New York: Appleton-Century-Crofts. (Originalmente publicado em 1945).
- Skinner, B. F. (1965). *Science and Human Behavior*. New York. Ed. The Free Press. (Originalmente publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1963). Behaviorism at fifty. *Science, New Series*, 140(3570), 951-958.
- Skinner, B. F. (1976). *About Behaviorism*. New York: Vintage Books. (Originalmente publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1981). Selection by Consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B. F. (1985). Cognitive science and behaviourism. *British Journal of Psychology*, 76, 291-301.
- Skinner, B. F. (1988). Skinner's reply to Catania. In A. C. Catania & S. Harnad (Eds.), *The Selection of Behavior* (pp. 483-488). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Skinner, B. F. (1991). *Recent Issues in the Analysis of Behavior*. (A. L. Neri, Trad.). Campinas: Papirus. (Originalmente publicado em inglês em 1989).
- Tourinho, E. Z. (1997). O conceito de comportamento encoberto no behaviorismo de B. F. Skinner. In R. Banaco (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e terapia cognitivista* (pp. 267-271). São Paulo: ARBytes.
- Tourinho, E. Z. (1999) Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 7(3), 213-222.
- Tourinho, E. Z. (2007). Conceitos científicos e eventos privados como resposta verbal. *Interação em Psicologia*, 11, 1-9.
- Watson, J. B. (1930). *Behaviorism*. University of Chicago Press.
- Wilson, E. (1975). *Sociobiology: the New Synthesis*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Zilio, D., & Dittrich, A. (2014). O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte I: A definição de privacidade, *Acta Comportamentalia*, 22(4), 483-496.
- Zilio, D., & Dittrich, A. (2015). O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte II: A invasão da privacidade, *Acta Comportamentalia*, 23(2), 213-227.
- Zuriff, G. E. (1979). Ten inner causes. *Behaviorism*, 7, 1-8.

Received: August 06, 2015
Accepted: December 30, 2015